

PEDRO ATAÍDE

# DIREITO MINERÁRIO

**Apresentação**

Fernando Facury Scaff

**Prefácio**

Talden Farias

**5ª** | revista  
edição | atualizada  
ampliada

2024



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# SUMÁRIO

|                                                                                                                             |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                  | <b>35</b> |
| <b>2. MINERAÇÃO E DIREITO MINERÁRIO .....</b>                                                                               | <b>39</b> |
| 2.1. Conceitos elementares e características da atividade minerária .....                                                   | 39        |
| 2.2. Importância da mineração .....                                                                                         | 50        |
| 2.3. Peculiaridades da mineração .....                                                                                      | 54        |
| 2.3.1. Pressupostos naturais ou físicos .....                                                                               | 56        |
| 2.3.2. Pressupostos econômicos .....                                                                                        | 62        |
| 2.3.3. Pressupostos jurídicos .....                                                                                         | 65        |
| 2.4. Utilidade pública e interesse social: mineração em áreas de preservação permanente (APPS) e em mata atlântica .....    | 67        |
| 2.5. Princípios e autonomia do direito minerário ....                                                                       | 72        |
| 2.5.1. Breves considerações acerca da aplicação dos princípios .....                                                        | 77        |
| 2.5.2. Princípio da prevalência da mineração sobre a maioria das atividades econômicas e sobre os interesses privados ..... | 81        |
| 2.5.3. Princípio do interesse nacional .....                                                                                | 86        |
| 2.5.4. Princípio da destinação dos recursos minerais ao uso geral .....                                                     | 89        |
| 2.5.5. Princípio do resultado global .....                                                                                  | 90        |

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| 2.5.6. Princípio da recuperação do ambiente degradado .....            | 92 |
| 2.5.7. Princípio da vedação à especulação de direitos minerários ..... | 93 |

### **3. SISTEMAS DOMINIAIS E CONSTITUIÇÃO**

|                        |           |
|------------------------|-----------|
| <b>MINERÁRIA .....</b> | <b>95</b> |
|------------------------|-----------|

|                                                                                                               |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1. Desenvolvimento histórico dos sistemas de propriedade minerária .....                                    | 96  |
| 3.2. Mineração na Constituição Brasileira de 1988 .....                                                       | 105 |
| 3.2.1. Recursos minerais e domínio da União (art. 20, IX): natureza jurídica de bem público .....             | 105 |
| 3.2.2. Mineração na Ordem Econômica (art. 176) .....                                                          | 111 |
| 3.2.3. Competência legislativa, competência material e taxa de fiscalização das atividades de mineração ..... | 120 |
| 3.2.4. A (im)possibilidade de regulamentação do art. 176 por meio de Medida Provisória .....                  | 122 |
| 3.3. Domínio dos recursos minerais nas constituições dos países sul-americanos .....                          | 130 |
| 3.4. Estatalidade e recursos minerais .....                                                                   | 138 |
| 3.5. Política mineral .....                                                                                   | 140 |

### **4. REGULAÇÃO ECONÔMICA MINERÁRIA .....**

|                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.1. Intervencionismo estatal, ordem econômica e mineração ..... | 147 |
| 4.2. Regulação econômica, autorregulação e regulamentação .....  | 152 |
| 4.3. Regulação minerária no Brasil .....                         | 156 |

|                                                                                                                  |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.3.1. Entidade responsável pela regulação mi-<br>nerária .....                                                  | 157 |
| 4.3.1.1. Transformação do Departamento<br>Nacional de Produção Mineral em<br>Agência Nacional de Mineração ..... | 158 |
| 4.3.1.1.1. Origem e estrutura do<br>DNPM .....                                                                   | 158 |
| 4.3.1.1.2. Perfil das agências regu-<br>ladoras no Brasil .....                                                  | 161 |
| 4.3.1.2. Possíveis impactos advindos da<br>transformação do DNPM em<br>ANM .....                                 | 166 |
| 4.3.2. Mineração brasileira e desenvolvimento .....                                                              | 175 |
| 4.3.2.1. CFEM: Natureza jurídica, fato ge-<br>rador, base de cálculo e alíquo-<br>tas .....                      | 176 |
| 4.3.2.2. Distribuição e aplicação da<br>CFEM .....                                                               | 181 |

## **5. REGIMES MINERÁRIOS .....**

|                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.1. Aspectos gerais .....                                                                                                 | 191 |
| 5.1.1. Minas manifestadas .....                                                                                            | 194 |
| 5.1.2. Atividades que não estão sujeitas aos<br>regimes minerários: art. 3º, § 1º, do Có-<br>digo de Mineração .....       | 196 |
| 5.1.3. Modos de aquisição dos direitos minerá-<br>rios: direito de prioridade e procedimen-<br>to de disponibilidade ..... | 198 |
| 5.1.4. Sigilosidade .....                                                                                                  | 206 |
| 5.2. Regime de autorização .....                                                                                           | 212 |
| 5.2.1. Aspectos gerais e descrição da pesqui-<br>sa .....                                                                  | 212 |
| 5.2.2. Competência e legitimidade .....                                                                                    | 216 |

|                                                                                                                   |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.3. Procedimento administrativo e ação de avaliação e renda .....                                              | 217 |
| 5.2.4. Obrigações do titular do Alvará de Pesquisa .....                                                          | 226 |
| 5.2.5. Hipóteses excepcionais de extração mineral antes da concessão de lavra: Guia de Utilização .....           | 229 |
| 5.2.6. Natureza jurídica .....                                                                                    | 232 |
| 5.3. Regime de concessão .....                                                                                    | 235 |
| 5.3.1. Aspectos gerais, descrição de lavra, competência e legitimidade .....                                      | 235 |
| 5.3.2. Procedimento, obrigações do titular, direitos do superficiário, processo judicial e servidão mineral ..... | 237 |
| 5.3.3. Falta de interação com a regulação ambiental. Regime jurídico dos rejeitos .....                           | 243 |
| 5.3.4. Natureza jurídica .....                                                                                    | 247 |
| 5.4. Regime de licenciamento .....                                                                                | 248 |
| 5.4.1. Aspectos gerais e competência .....                                                                        | 248 |
| 5.4.2. Natureza jurídica e procedimento .....                                                                     | 252 |
| 5.4.3. Mineração em leito de rio .....                                                                            | 254 |
| 5.5. Regime de permissão de lavra garimpeira .....                                                                | 256 |
| 5.6. Regime de registro de extração .....                                                                         | 258 |
| 5.7. Responsabilidade criminal .....                                                                              | 261 |
| 5.8. Regimes minerários no projeto de novo marco regulatório da mineração .....                                   | 270 |
| 5.9. Bloqueio minerário .....                                                                                     | 273 |
| 5.10. Reserva nacional de determinada substância mineral .....                                                    | 278 |
| 5.11. Cessão, transferência e oneração de direitos minerários .....                                               | 282 |

|                                                                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.12. Aprovação tácita dos atos públicos de liberação das atividades econômicas sob competência da ANM ..... | 286 |
| 5.13. Grupamento Mineiro .....                                                                               | 288 |
| 5.14. Englobamento de Áreas .....                                                                            | 291 |
| 5.15. Desmembramento de áreas de concessão de lavra .....                                                    | 292 |
| 5.16. Desmembramento de limite de jazida em profundidade por superfície horizontal .....                     | 293 |
| 5.17. Consórcio de Mineração .....                                                                           | 296 |
| 5.18. Arrendamento de direitos minerários .....                                                              | 299 |

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| <b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b> | <b>303</b> |
|--------------------------------------|------------|

|                          |            |
|--------------------------|------------|
| <b>REFERÊNCIAS .....</b> | <b>307</b> |
|--------------------------|------------|